



«HÁ QUE FOMENTAR A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ATRAVÉS DE DIFERENCIAÇÕES POSITIVAS»

Para Domingos dos Santos, presidente da Direcção da FNOP (Federação Nacional das Organizações de Produtores de Frutas e Hortícolas), não tem havido vontade política para que o sector primário se organize. Excesso de burocracia e falta de comunicação entre as entidades estatais que gerem os fundos comunitários são as principais queixas.

A par disso, os mercados precisam de ser regulamentados para que os produtores tenham rentabilidade e a ciência não poderá ver-se limitada face aos desafios que a Europa “verde” anuncia.

Ana Gomes Oliveira

A FNOP agrega 44 empresas do sector das frutas e hortícolas, sendo que só no tomate de indústria representa 98% da produção nacional. Tem-se falado muito na necessidade de uma maior organização das fileiras. Há ainda muito caminho a fazer?

Há ainda muito caminho a fazer e era fundamental que fosse percorrido, assim houvesse vontade política. Neste momento o nível de organização em Portugal é extremamente baixo

comparativamente ao nível da Europa. Andamos à volta dos 23%, quando a média europeia se aproxima dos 50%. As vantagens em pertencer a uma organização de produtores são imensas (como foram desde a génese do seu funcionamento), mas é fundamental haver um conjunto de objectivos traçados pela tutela e nos quadros comunitários, ou seja, haver metas. Para haver metas e se conseguir atingir um nível de organização mais elevado é preciso também haver ferramentas que

o promovam. Há uma desmotivação generalizada porque a burocracia e o peso que recai sobre as organizações de produtores é brutal. Neste momento há empresas a fazer o mesmo que uma organização de produtores sem serem reconhecidas como tal, porque é o caminho mais fácil.

Mas o que é difícil: o processo de reconhecimento ou o próprio funcionamento?

As duas coisas. O processo de reconhecimento é complicado, mas aí até aceito, porque é um processo que se faz uma vez. Mas depois a manutenção é que não tem explicação. Exigem várias coisas às administrações das organizações de produtores, há uma enorme dificuldade em aplicar no campo a transcrição da legislação comunitária, e por outro lado, além das diferentes interpretações que são dadas, é a máquina burocrática que emperra. Quem traça as orientações e as políticas, com o aval do Governo, é o Gabinete de Planeamento, quem as aplica no campo são as cinco Direcções Regionais (cada uma com diferentes leituras), depois o organismo controlador e pagador é o IFAP. Caímos no ridículo (que tem acontecido frequentemente), de acções aprovadas pelas Direcções Regionais não serem pagas pelo IFAP porque este diz que foram mal aprovadas. Não há comunicação entre as partes, o que resulta numa desvalorização da organização. Promove uma economia muito menos sustentável. Portanto, deveria haver, como aconteceu no anterior quadro comunitário, nomeada-

mente no PRODER, diferenciações positivas, seja nos programas de investimento, seja por majorações, para quem é sócio das OP's. Isso não acontece. Atenção que eu não estou contra existir o controlo, mas por vezes o que é pedido é descabido, incompatível com o que é legal, com interpretações à legislação que estão erradas e em que não recebemos explicações. Perdemos oportunidades de financiamento de medidas e acções que nos levam a questionar quais são, afinal, as mais-valias de sermos uma organização de produtores. Se queremos partir para uma agricultura mais desenvolvida, não podemos continuar com esta realidade. Atrevo-me a dizer que nos últimos anos não tem havido vontade política para se aumentar a produção organizada.

Mas os sucessivos governos têm falado desta necessidade.

É verdade. Mas uma coisa são os discursos e outra coisa são as acções. Há aqui outra situação. Sabemos que há uma diferença muito grande de equilíbrio entre a produção e os nossos clientes, nomeadamente a indústria ou a grande distribuição, e um dos caminhos fundamentais para equilibrar a balança é fomentar a organização do sector primário. Por outro lado, se queremos aumentar as exportações, que é fundamental para as transacções correntes, esta questão também tem um papel importantíssimo, porque de forma isolada os agricultores não têm capacidade para enfrentar

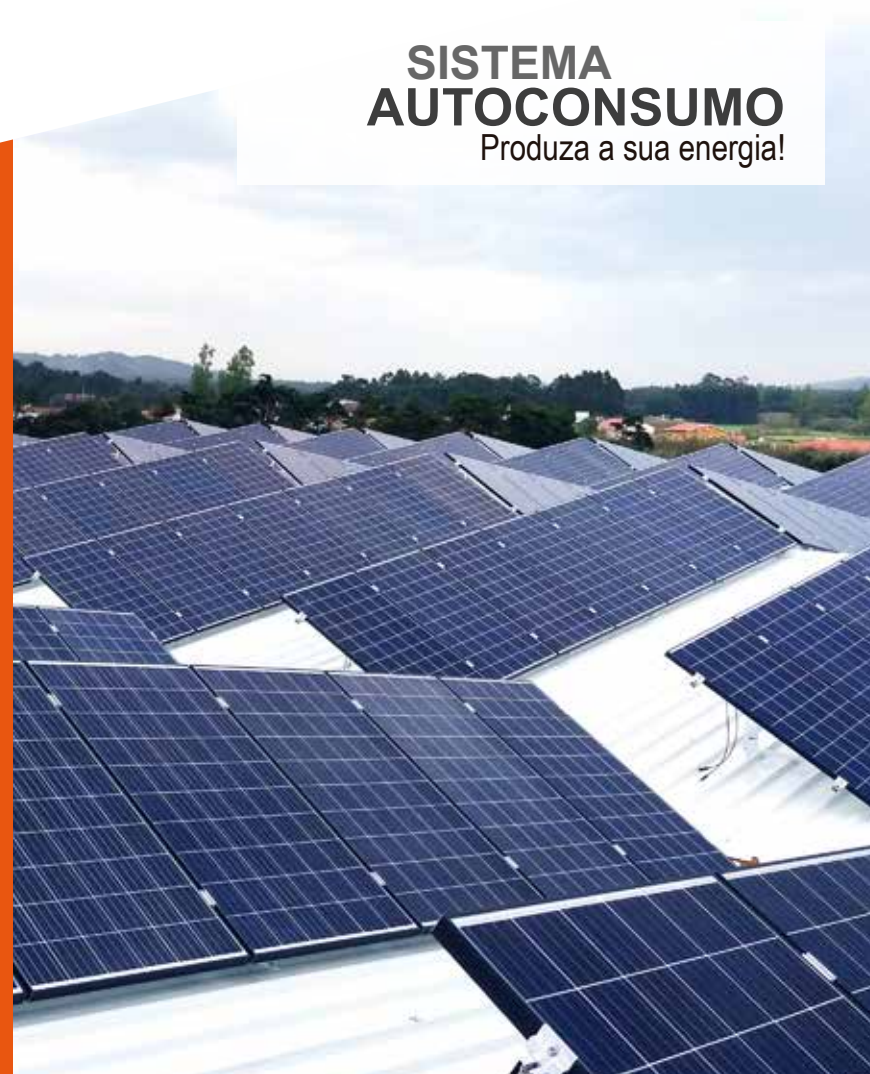
Leirivolt

www.leirivolt.pt | T. (+351) 244 838 703

SISTEMA
AUTOCONSUMO
Produza a sua energia!



SOLUÇÕES
INDUSTRIAIS





os mercados, mas de forma conjunta conseguem. O Governo fala muito da pequena agricultura, da agricultura familiar... quem mais salvaguarda o pequeno produtor do que uma OP? Já para não falar do papel essencial que uma organização de produtores poderia ter junto dos jovens agricultores. Os que fazem investimentos de raiz, não tendo ninguém por trás, têm uma taxa de insucesso muito elevada. E a OP poderia dar apoio técnico, económico e de mercado, funcionar como um tutor. Em suma, o caminho passa pela desburocratização e pela modernização do Ministério da Agricultura, com uma entidade única de contacto para os processos de gestão dos fundos comunitários e que interprete a lei de uma só forma. Paralelamente, há que fomentar a organização através de diferenciações positivas.

A recente aprovação de se poderem criar agrupamentos de produtores de multiprodutos é uma mais-valia?

Considero que há regiões de Portugal muito pontuais onde eventualmente esse instrumento possa fazer sentido. De resto, entendo que é mais uma figura que se cria e que na prática deverá ter poucos resultados. Penso que seria muito mais importante mapear o País percebendo onde fazia sentido haver mais OP's, dada a diversidade de culturas e de regiões de Portugal. No Oeste, por exemplo, não são precisas mais... talvez de segundo grau. Mas há outras regiões onde seria importante proceder a essa organização, criando inclusive condições para se poderem integrar estes agrupamentos de multiprodutos. Porque a ideia é precisamente não dispersar,

para sermos competitivos. Portugal está na ponta da Europa e temos custos acrescidos para fazermos chegar os nossos produtos ao centro europeu. Se já temos esse ónus, então vamos criar ferramentas mais simples para sermos eficientes, de fazer mais com menos.

A nova Política Agrícola Comum (PAC) traz ferramentas importantes para sermos mais competitivos?

Esta PAC vai forçosamente mudar o paradigma que estava muito sustentado num histórico da produção. A fileira hortofrutícola estava à margem dos pagamentos directos, na última reforma já foram dados alguns passos, mas tinha uma componente fundamental no 2º Pilar, nas medidas do investimento e também nas medidas agroambientais, que são muito importantes, uma vez que cumprimos muitas exigências por trabalharmos com o mercado dos frescos. Mas o paradigma da PAC está a mudar. Vai deixar de ser tão baseado no histórico, havendo antes uma convergência gradual entre as diversas culturas no pagamento do regime base. Depois, tem uma componente muito mais verde e ambiental. A nossa fileira hortofrutícola já tem vindo a trabalhar dessa forma há alguns anos, porque como referi, o próprio mercado dos frescos já nos exigia isso. Portanto, já cumprimos um conjunto de procedimentos que agora estão a ser falados e por aí facilmente vamos adaptar-nos. Agora, não podem ser impostas metas, e dou o exemplo da redução em 50% dos adubos de síntese. Fazem essa imposição sem sabermos com que racional, em que culturas, em que quantidade ou em que regiões.



CALIBRA FRUTA

EQUIPAMENTOS
HORTOFRUTÍCOLAS
À MEDIDA

100%
PRODUÇÃO
INTERNA





Há aqui muita propaganda política. É preciso saber do que estamos a falar. Até porque temos outro problema. As verbas da PAC não compensam as perdas de rendimento que vamos ter em comparação com outras regiões do mundo. O consumidor europeu vai comprar fora da União Europeia com menos qualidade e menos segurança alimentar e ambiental. Isso é um risco que esta PAC tem. É fundamental caminhar para esta Europa “verde”, mas com um racional de equilíbrio de forma a não matar a produção europeia. Recorde-se que a UE é a zona do Globo onde se produz com mais responsabilidade económica, social e ambiental. Mas também onde se produz mais caro. Se através das novas estratégias ainda se vai reduzir a produtividade, então os produtos vão ter de chegar de outras geografias, com regras de produção completamente diferentes e com uma pegada maior. Pergunto eu: O que prejudica mais o ambiente?

Tendo em conta estes desafios que se avizinham, entende que a ciência terá um papel também determinante?

Sem dúvida, nomeadamente a investigar novas formas de produção. E é importante não colocar as decisões políticas à frente das decisões da ciência, que é outro risco que estamos a correr. A fileira hortofrutícola tem vindo a fazer um percurso exemplar nesta matéria, recorrendo às novas tecnologias, novo conhecimento, novas variedades, novas substâncias... e vai continuar a fazê-lo. Mas é preciso abrir mentalidades e deixar que toda a ciência fale. Não me refiro a Organismos Geneticamente Modificados puros e duros, nas refiro-me à necessidade de a engenharia genética poder dar também um contributo muito importante no

aparecimento de novas variedades resistentes a pragas e doenças e resistentes à falta de água. E a Europa não tem sido muito permissiva. Felizmente as coisas têm estado a mudar. Não podemos jamais limitar esse trabalho de investigação. E mais. Não vamos utilizar a Agenda da Inovação 20-30 para pagar e manter organismos vivos que não produzem conhecimento, é preciso que o conhecimento se aplique à realidade. Esta fileira tem provas dadas a todos os níveis de que tem aplicado as mais recentes tecnologias e não tenho dúvidas de que quanto menos intervenção do Estado, melhor.

Falou da importância de Portugal se manter forte nas exportações. Como está neste momento a relação com os mercados externos?

O mercado é sempre muito dinâmico porque existem muitos factores que o influenciam diariamente. É muito importante a presença da fileira hortofrutícola nos mercados externos e nos eventos internacionais, como é o caso da Fruit Attraction, porque a exportação é um caminho que nos permite equilibrar a oferta e a procura no mercado interno. E como membro fundador da Portugal Fresh, entendo que é um caminho que temos vindo a percorrer muito bem. Mas receio que, se não houver mecanismos de apoio à renovação dos pomares, das produções, das centrais hortofrutícolas, e se comecem a usar mal os quadros comunitários, não se consiga manter estes níveis de exportação, pelo menos nas culturas a que estamos habituados. Não tenho nada contra uma grande produção de 400 ou 500 hectares por exemplo de frutos secos, mas isso não pode fazer com que as produções tradicionais de determinada região se anulem. Isto porque essas culturas servem de âncora a muitas actividades económicas que já estão dependentes delas. Estamos a falar de muitas famílias, de muitas empresas ligadas aos factores de produção. Uma economia paralela que não pode acabar. Temo que com a nova legislação se regrida na exportação em algumas culturas. Espero que não, até porque os mercados externos são uma aposta para continuar.

E quanto ao mercado interno?

No mercado interno, cerca de 70% das compras de frutas e hortícolas aos produtores é feita por cinco ou seis cadeias de distribuição, logo, há aqui um grande desequilíbrio. Não entrando nas políticas comerciais de cada uma delas, há alguns indicadores preocupantes. Como é que o fruto que mais se vende, que é a banana (importada), não passa o preço psicológico dos 99 cêntimos? Então, se não têm a margem na banana, que é o produto que mais se vende, para terem margem na categoria de produtos na loja onde vão buscar? Aos produtos nacionais, que são os atractivos para levar as pessoas à loja. A política de promoções é demasiado agressiva para se poder avançar e para se poder ter alguma rentabilidade para os produtores. Os agricultores estão neste momento com rentabilidades muito baixas, seja no mer-

cado de exportação, seja no mercado interno, o que leva a uma desmotivação ao investimento. Há muitas fileiras em asfixia, com a pêra Rocha a ser um exemplo disso. Estamos com uma grande supremacia da distribuição face ao sector primário e só algumas cadeias estão com a preocupação de dar alguma valorização ao produtor. Espanha conseguiu aprovar um decreto-lei em que é proibido vender abaixo do custo de produção. Em Portugal é proibido vender-se abaixo do preço de custo, não do custo de produção. Ou seja, exclui todo o trabalho, por exemplo, das centrais fruteiras. Estamos muitas vezes a vender abaixo do custo de produção. Há uma figura que os espanhóis, os franceses e outros países têm, que são os observatórios dos mercados agrícolas. Também temos, mas não funciona. A ideia seria termos frequentemente análises dos preços pagos ao produtor e como estes chegam ao consumidor. E isso poderia fazer a diferença, porque eventualmente daria para perceber que a grande distribuição trabalha com margens muito pequenas para produtos importados, compensando depois nos produtos nacionais. Mas atenção, a distribuição não é a má da fita. Fazem aquilo que lhes permitem fazer, tal como nós fazemos. Têm é de se definir regras para que haja um maior equilíbrio. Não estamos a falar de euros, um acréscimo de 10 cêntimos de valorização ao produtor faria toda a diferença e motivava-os a fazer a reconversão de pomares ou o aumento de áreas, que não está a acontecer.

A água tem sido também uma das questões mais faladas no sector. Sente que o tema está finalmente no topo da agenda?

Sem água não há vida. Temos tido essa preocupação há muitos anos. O que acontece é que agora, com as alterações climáticas, os governos perceberam que estão numa encruzilhada e que vão ter mesmo de fazer alguma coisa, porque os agricultores há muito que já sabiam isso. É que a água que precisamos nem é para produzir mais, é para manter o que já temos. E não só. É para abastecer as populações, para recarregar os lençóis freáticos, para manter o ambiente mais húmido... Hoje chega-se à conclusão que alguns projectos que estiveram na gaveta muitos anos vão ter de avançar porque não há alternativa e outros vão ter de ser desenhados. E vai ter de se incentivar, desburocratizando, os aproveitamentos individuais de água, que são as charcas. Na região Oeste, por exemplo, vive-se uma situação muito crítica de escassez de água. Nesse sentido, estamos muito interessados em apoiar o projecto Tejo. Mas a nível político, ainda tenho dúvidas se o tema da água estará no topo da agenda. Vai avançar a Barragem do Crato, que é um projecto fundamental, mas o que está a acontecer no Tejo é um crime. A forma como os espanhóis estão a gerir a água e o crime ambiental que é a cunha salina a entrar já nos terrenos da Azambuja, terras muito férteis que se vão perder caso nada seja feito. Está na hora de passar das palavras à acção. ●

Natur Alfa
 O seu parceiro na certificação



Contacte-nos e conheça-nos melhor.

Telefone +351 224 541 215
 Telemóvel +351 910 417 453
 Email geral@naturalfa.pt
 www.naturalfa.pt

